

A fronteira da mineração em Goiás: história ambiental e os recursos naturais do Cerrado a partir da exploração do ouro em Pilar de Goiás

Maria de Fátima Fernandes

do Instituto Federal de Rondônia – Guajará-Mirim – Brasil
maria.fatima@ifro.edu.br

Cassiano de Brito Rocha

da Universidade Estadual de Goiás - Anápolis – Brasil
cassianobritoroch@gmail.com

Sandro Dutra e Silva

do Centro Universitário de Anápolis (Unievangélica) e Universidade Estadual de Goiás – Anápolis – Brasil
sandrodutr@hotmail.com

Resumo: Este artigo objetiva identificar conceitos e categorias analíticas fundamentais para a história ambiental no seu diálogo com o Cerrado brasileiro. Considerando que a história ambiental procura lidar com o papel e do lugar da natureza na vida humana, fundamentando-se em abordagens distintas, a saber: a natureza em si, as relações socioambientais e os valores e significativos do mundo natural para as sociedades. E ao considerarmos o Cerrado e as diferentes concepções que tratam e demarcam esse território, consideramos complexas as formas de abordagem da história ambiental. Assim, procuramos, por meio do conceito de fronteira analisar a relação entre sociedade e natureza no Cerrado, tendo como recorte a fronteira da mineração em Goiás, com ênfase no contexto histórico da exploração desse recurso mineral em Pilar de Goiás. Os documentos e as fontes pesquisadas nos ajudam a compreender os processos históricos que evidenciam a relação entre fronteira e natureza em Goiás.

Palavras-chave: História ambiental. Cerrado. Fronteira. Goiás. Mineração.

Introdução

Os historiadores ambientais enfrentam enormes desafios ao lidar com as relações entre os ambientes naturais e a investigação científica. Todo ambiente natural é repleto de nuances e influências intrínsecas que requerem um olhar cuidadoso e crítico. Não apenas em compreender, de forma desafiadora, a própria natureza, mas também as estruturas humanas em relação com os ambientes naturais. Os pesquisadores que lidam com fenômenos sociais

são advertidos a analisar sua confusão sem supervalorizar o sofrimento (SANTOS, 2013). Esse desafio se torna ainda mais intenso quando as perplexidades humanas estão associadas aos ambientes socioambientais. Todo e qualquer ambiente é cheio de complexidades que desafiam nossa capacidade de entendê-lo.

Esse raciocínio chama a atenção para as maneiras como os historiadores ambientais estão lidando com esses desafios. Esta não é uma questão nova, muito pelo contrário, tem sido debatida de forma consistente desde o nascimento da história ambiental como um campo historiográfico. Donald Worster, um dos principais expoentes da história ambiental nos advertiu que a abordagem ecológica não pode, por si só, abordar todas as questões que os historiadores hoje desejam abordar. Pode, no entanto, redirecionar sua atenção para alguns problemas que eles esqueceram ou nunca tiveram conhecimento (WORSTER, 1984). Uma outra orientação importante de Worster (1991) foi para considerarmos a experiência humana em sua relação direta com o ambiente natural, sobretudo porque essas experiências não se desenvolveram sem as restrições da natureza.

Um conceito que parece ser um consenso geral, se fundamenta na afirmação, já clássica de Worster (1991) de que a história ambiental tem por finalidade abordar o papel e do lugar da natureza na vida humana. E também, vem de Donald Worster a orientação teórico-metodológica de que podemos classificar essa abordagem de três formas, sejam elas distintas, ou mesmo associadas. A primeira abordagem seria aquela disposta a realizar uma história ambiental que tenha a natureza em si como objeto. Isso pode ocorrer a partir da história de lugares, espécies da fauna e flora, uma ecorregião, um bioma, por exemplo. A segunda abordagem é aquela que procura investigar a relação entre sociedade e natureza, no qual tanto os fenômenos naturais interferem nas estruturas sociais, quanto a ação antrópica interfere e gera impactos naturais. E a terceira e última abordagem é uma abordagem culturalista, em que interessa ao historiador ambiental entender os sentidos e significações da natureza como elementos estruturantes de hábitos e práticas. Também como elementos da representação cultural compreendem e representam a natureza. Todas essas considerações nos auxiliam como ponto de partida para se fazer história ambiental e pensar no objeto a ser investigado.

A natureza sempre ocupou um papel importante na forma de pensar a história brasileira. E a tradição positivista sempre pensou a natureza como expressão do nosso atraso, fato presente em muita da nossa produção historiográfica e também na nossa literatura (MURARI, 2009). No contexto brasileiro, a constituição social, o projeto de nação e mesmo o imaginário popular estão profundamente relacionados à determinadas especificidades e

concepções da natureza local. O significado da natureza no imaginário do Novo Mundo, assim como nas políticas territoriais como fundamento da identidade nacional, são frequentes e fazem parte das interpretações do Brasil e das políticas de estado, sobretudo nos séculos XIX e XX (DUTRA E SILVA, *et al*, 2013).

Sérgio Buarque de Holanda talvez seja o nosso historiador que mais dialogou com a história ambiental, antes mesmo da fundação desta como um campo historiográfico. Sua obra está repleta de concepções, muitas herdadas da historiografia norte-americana, no qual a relação entre sociedade e natureza fazem parte de suas narrativas. Um bom exemplo é a sua obra *Visão do Paraíso* (HOLANDA, 2000) no qual o historiador apresenta o imaginário idílico do Brasil na sua representação no Velho Mundo. Mas também buscou relacionar as formas de conflito, enfrentamento e assimilações do colonizador no seu contato com a fronteira (HOLANDA, 1994).

Outros intelectuais flertaram com a história ambiental ao procurar estabelecer relações interpretativas entre sociedade e natureza no Brasil. Pedro Calmon (2002), faz referência à Montesquieu e explica que as instituições são consequência do solo. Outra grande referência é Capistrano de Abreu, que se aproximou também da tese da fronteira, ao justificar não apenas a miscigenação étnica, mas a busca pelo distanciamento ao modelo do colonizador europeu, adotando práticas e modos de vida que refletiam a influência da geografia sobre os indivíduos. Em suas palavras: “Por toda parte transparece o segredo do brasileiro: a diferenciação paulatina do reinol, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde, pela integração com a natureza, com suas árvores, seus bichos e o próprio indígena.” (ABREU, 1999, p. 170).

Podemos citar outros intelectuais que utilizaram a natureza com matriz interpretativa do Brasil, como por exemplo José Bonifácio, André Rebouças, Visconde Taunay, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, dentre outros, que descrevem a importância da natureza na formação brasileira (MORAES, 2014; SOLURI, *et al.*, 2018; TAUNAY, 1876; CUNHA, 1984; FREYRE, 2019; PRADO JÚNIOR, 1957). Segundo o historiador ambiental José Augusto Pádua (2010) os intelectuais brasileiros do século XIX e da primeira metade do século XX não praticavam uma historiografia ambiental, se considerarmos os pressupostos teóricos e metodológicos que se consolidaram a partir da década de 1970. Mas, suas análises reforçam a importância da natureza na forma de pensar e interpretar a sociedade brasileira.

Os desafios para os historiadores ambientais em ter uma região de proporções continentais como objeto de análise são enormes. Isso porque, além das diversidades nas

formas de apropriação histórica do território, temos desafios importantes na concepção da geografia, das paisagens, dos biomas, dos sistemas biogeográficos e outras formas de pensar o território e as relações humanas nesse ambiente. Uma questão fundamental é que quase todas as análises em história ambiental possuem como objeto uma determinada região dotada de alguma homogeneidade ou identidade natural (DRUMMOND, 1991). O historiador ambiental não pode deixar de considerar os recortes culturais ou políticos da região estudada, mas sobretudo, não pode esquecer de suas particularidades físicas e ecológicas desse mesmo ambiente.

Assim, uma história ambiental do Cerrado é cheia de desafios. A começar pela diversidade de fitofisionomias que esse ambiente apresenta. Também, porque atualmente, existe um paradigma dominante na compreensão do Cerrado, com base na sua divisão territorial na categoria de bioma. Esse é um dado complexo para o historiador ambiental, na medida em que uma documentação anterior ao conceito e à divisão territorial dos biomas é rica em detalhes e outras formas de se conceber essas paisagens.

O Cerrado enquanto sistema biogeográfico predominante no Brasil Central (BARBOSA, 1995), apresenta-se como um objeto importante para investigação da história ambiental. A Mata Atlântica tem sido a região mais analisada pela historiografia ambiental brasileira, e isso se justifica por ser esse o bioma que mais sofreu com a presença do colonizador (CABRAL, 2014). Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é a paisagem natural brasileira que mais sofreu alterações com a ocupação humana. Sua rica biodiversidade, resultante de adaptações às intempéries do último máximo glacial (Ab'SABER, 1983), possibilitou condições ambientais favoráveis às primeiras colonizações humanas nas Américas (BARBOSA, 1995; SCHMITZ 1987; SCHMITZ, BARBOSA & MIRANDA, 1996; BARBOSA, A. S, 2009; BUENO & DIAS, 2015). Na modernidade, no processo de colonização da América do Sul entre os séculos XVI e XVII, o exercício do poder sob os domínios do Cerrado foi de suma importância no contexto geopolítico de consolidação do território da América Portuguesa, frente à ocupação Espanhola à Oeste do continente (LEMES, 2012).

Uma história ambiental do Cerrado precisa também considerar não apenas as características paisagísticas do ambiente, mas também as condições relativas à disponibilidade de recursos naturais importantes para uma determinada sociedade em uma determinada época. Esse é o caso, por exemplo, dos processos de ocupação e colonização de Goiás, a partir da expansão da fronteira mineradora que se iniciou no século XVIII. Segundo Taunay (1876), apesar de apresentar-se como uma natureza intransponível, a inexorável procura do ouro e as dificuldades não intimidavam os interesses do Estado e o espírito

aventureiro dos sertanistas. Esse foi um tema já muito explorado pela historiografia regional, mas nesse artigo buscamos fazer uma narrativa revisional aos processos de ocupação do Cerrado goiano a partir do conceito de fronteira. Esse é um conceito clássico e fundamental da historiografia tradicional norte-americana e que dialoga muito com a geografia, a considerar os elementos geográficos e as formas de apropriação dos recursos naturais na construção interpretativa da história.

Essa pesquisa se desenvolveu dentro dos estudos propostos pelo Laboratório de História Ambiental do Cerrado, procurando entender não apenas as questões relacionais aos processos ecológicos do bioma, mas também a relação histórica entre sociedade e natureza. Assim, buscamos nos aproximar do conceito de fronteira como uma categoria importante para a história ambiental, tendo os recursos naturais (o ouro) como elemento integrador dessa narrativa. Procuramos também destacar um enredo em especial, que é a histórica da mineração em Pilar de Goiás, como elemento que ultrapassa o período clássico da fronteira do ouro, com novas implicações ambientais nos dias atuais. Dessa forma, nossa intenção nesse artigo é apresentar as leituras da fronteira mineração em Goiás, mais especificamente no arraial de Pilar tendo como referência os pressupostos da História Ambiental.

O conceito de fronteira e a ocupação do Cerrado

De acordo com Hennessy (1978) o conceito de fronteira assumiu nos Estados Unidos um conteúdo carregado de sentidos potencialmente fortes de imagens e simbolismos. As Imagens do Oeste, apresentadas pela concepção americana, encontraram na tese apresentada em 1893 por F. J. Turner (2010), o seu referencial, associando as categorias de liberdade e nacionalismo num significado que abarcava a identidade norte-americana. Para Hennessy (1978) essas categorias fundantes encontradas no conceito de fronteira, inicialmente apontadas por Turner, tornaram-se uma tradição no pensamento social norte-americano, não encontrando concepção semelhante na tradição da fronteira Latino-Americana. Hennessy (1978) chegou a afirmar que na América Latina não existia o Oeste (*West*) e nem a Fronteira (*frontier*), mas “fronteiras”, espaços e territórios em que os elementos simbólicos da *american frontier* não eram aplicáveis. O autor fundamenta a sua justificativa ao considerar que a tese apresentada por Turner (2010) indicava a fronteira como um espaço de *perennial rebirth*, uma fonte mágica da juventude em que a sociedade experimentava o renascimento perene da democracia nos territórios do Oeste. Esta era a função da fronteira, e nesse sentido que a tese

de Turner, escrita em 1893 sob o título “o significado da fronteira na história americana”, clamava por novas fronteiras e preocupava-se com o fim destas.

O elemento comparativo para o uso do conceito de fronteira assumiu em Hennessy um papel interessante na crítica ao uso da terminologia para a interpretação do contexto latino-americano. Enquanto as teses de Turner (2010) apresentavam um significado crítico ligado a atributos fundantes do caráter norte-americano, ao mesmo tempo indicava que a história norte-americana poderia ser interpretada pela fronteira. Essa concepção foi apropriada pelos ideais do manifesto cultural nacionalista norte-americano, que associavam a existência de terras disponíveis na fronteira (*free lands*) aos elementos constitutivos de seu *ethos*, identificado como distintos da sociedade europeia. A fronteira cumpria esse papel por meio do contato com a natureza indômita nas florestas, planícies e montanhas. Ou seja, o modo de vida norte-americano, ou a democracia da América era resultante da experiência do povo com o Oeste, no abandono aos valores e habilidades do velho mundo e nas experiências vividas nas fronteiras do Oeste no século XIX. Hennessy (1978), por sua vez, afirmava que a tese de Turner era muito ambiciosa, sobretudo ao apresentar a força rejuvenescedora da fronteira, que, em decorrência da ausência de interferências de um governo centralizador e pautava-se no esforço individual, caráter moral que era reforçado na fronteira. As críticas de Hennessy (1978) à interpretação dada por Turner (2010) considerava o fato de que poucos americanos estiveram sujeitos a influência da fronteira e, que ao elaborar essa interpretação, a tese clássica abandonava temáticas importantes envolvendo as questões urbanas e raciais. Na verdade, segundo as próprias afirmações de Hennessy (1978), seu objetivo não foi analisar a validade dos argumentos de Turner, mas identificar um problema intelectual e histórico nas teses da fronteira, tendo como enfoque o fenômeno na América Latina. Diferente da tradição democrática norte-americana e o seu vínculo com a fronteira, na América Latina fatores específicos como nacionalidades múltiplas, balanço de poder entre as nações, a fragmentação territorial e o poder local (caudilhismos) tornaram distinta essa forma de ocupação.

No caso brasileiro a discussão sobre a fronteira tem como referência os estudos de Martins (1997) que observou na fronteira o espaço da desumanização e do enfrentamento social, em que diferentes frentes de ocupação tornavam a fronteira como um espaço de conflito. A tese de Martins identificava a fronteira como o espaço de encontros e desencontros de diferenças (temporais, sociais, étnicas, dentre outras), por isso um lugar de conflito (posseiros e grileiros, garimpeiros e indígenas, dentre outros). O conflito característico das experiências temporais distintas torna-se a principal indicação da fronteira, que deixaria de

existir na medida em que “quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica de nós. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade” (MARTINS, 1997, p.151).

Martins (1997) afirma, ainda, que a fronteira tinha um caráter litúrgico e sacrificial pois o outro era degradado em função de viabilizar a dominação, o subjugo e exploração. Por isso, considerava a fronteira como o lugar dos limites históricos do humano, ou a desumanização no seu limite extremo. Uma nova apropriação do conceito de fronteira, ligado a diferentes nuances de conflito, tiveram como base teórica e metodológica a História Ambiental, uma vertente historiográfica preocupada na relação entre sociedade e natureza (PÁDUA, 2012). A retomada da discussão da fronteira foi feita nos Estados Unidos pela historiografia ligada às questões ambientais em que os historiadores ambientais se apropriaram desse conceito nas investigações que ligavam as sociedades com o meio ambiente (OLIVEIRA, 2000).

Nesse sentido é que os trabalhos de Hennessy (1978) e Martins (1997) orientam nossa discussão, que tem como objetivo identificar o papel da mineração (*mining frontier*) em Pilar de Goiás, pautada pelos fundamentos da História Ambiental. O uso das reflexões de Hennessy são pertinentes, pois, além das discussões que envolvem a fronteira Latino-Americana e sua comparação ao uso do conceito nos Estados Unidos, o autor apresenta uma tipificação da fronteira na América Latina a partir de modelos conceituais que envolvem os sentidos da ocupação territorial. Dessa forma, diferentes fronteiras, com diferentes modelos interpretativos, podem orientar uma reflexão acerca da relação entre as sociedades e os recursos naturais historicamente apresentados. A tipificação de Hennessy (1978) aponta para a descrição das seguintes fronteiras: a fronteira missionária (*mission frontier*), a fronteira indígena (*indian frontier*), a fronteira quilombo (*maroon frontier*), a fronteira mineração (*mining frontier*), a fronteira gado (*cattle frontier*), a fronteira agrícola (*agricultural frontier*), a fronteira borracha (*rubber frontier*), a fronteira anglo-hispânica (*Anglo-Hispanic frontier*) e por último a fronteira política (*political frontier*).

Hennessy (1978) identifica na fronteira mineração pontos distintos de expansão, a saber: a fronteira da prata na Nova Espanha e no Peru, a fronteira ouro e a fronteira de metais básicos. A discussão brasileira insere-se no contexto da fronteira ouro, em que as consequências da descoberta aurífera em Minas Gerais, impulsionaram a primeira corrida ao ouro da história moderna.

Da mesma forma as discussões apresentadas por Martins (1997) permitem identificar o contexto histórico da expansão territorial em Goiás nos séculos XVIII e XIX a partir dos elementos de conflito no cenário hostil do Cerrado e seu caráter desumanizador. As características desse processo de rusticidade, conflito, violência, miséria e desumanização são observadas como uma das características do isolamento vivenciado na fronteira. Essa tese é compartilhada por David McCreery (2006) em seu estudo sobre a fronteira goiana no período provincial, indicando o isolamento da província em relação ao governo central, bem como as precárias condições de vida e as relações de violência e dominação impostas aos moradores dessas localidades. McCreery (2006) estabelece um diálogo com as teses de Hennessy (1978) sobre a fronteira na América Latina, compreendida por ele como *hollow frontier* (fronteiras buracos) em que a expansão não se dava de forma linear mas com localidades e assentamentos que seguiam os recursos naturais disponíveis.

A Fronteira Ouro em Goiás

A chegada dos primeiros navios à costa do Brasil, no início do século XVI, desencadeou a migração indígena em direção ao interior. Várias tribos se deslocaram em direção a região central, correspondente ao Estado de Goiás, um local de fronteira em sua realidade física, “um ecossistema relativamente inalterado que demonstra alto potencial para exploração pelo grupo invasor” (DEAN, 1996, p. 58). Esse movimento em direção à fronteira do Planalto Central, muitas vezes, era resultado das guerras entre as tribos inimigas, outras vezes, representava a busca de novas terras para o cultivo ou o simples costume de migrar, traço cultural indígena. Esses deslocamentos tornavam-se mais frequentes à medida que a colonização avançava e capturava indígenas para o trabalho na produção de açúcar. Essa prática provocou ou pelo menos agravou as guerras entre grupos indígenas que viviam próximos à costa brasileira, as tribos vencidas distanciavam-se da costa em direção ao interior, sendo que a “população indígena de Goiás, no século XVIII, era resultante desses movimentos migratórios” (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001, p. 11).

A partir da metade do século XVI o governo organizou diversas expedições com o objetivo de explorar o interior do Brasil, a fim de descobrir riquezas minerais e também capturar índios. Segundo Palacín e Moraes (1994), da Capitania de São Paulo partiram as bandeiras de apresamento indígena que chegavam com frequência até a fronteira norte de Goiás, seguindo em canoas o curso dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia, e voltando a São Paulo pelo rio Tietê. Para Palacín e Moraes (1994), outro tipo de expedição eram as

descidas dos jesuítas do Pará. Os jesuítas em busca de índios para as aldeias na Amazônia organizavam diversas expedições fluviais que subiam o rio Tocantins e chegavam a Goiás. No entanto, “nem bandeirantes, nem jesuítas vinham para fixar-se em Goiás. Levavam índios goianos para o sul e para o norte” (PALACIN; MORAES, 1994, p. 7).

A fronteira, neste contexto, não representava apenas um território geográfico com um ecossistema em sua realidade física, mas um lugar de conflito, apresamentos e enfrentamentos étnicos. Para Martins (1997, p.37), “no caso dos conflitos étnicos, nem sempre o caráter trágico da fronteira se configura na morte, mas sim no rapto”. O autor relata que até o começo do século XIX existiram expedições destinadas a “capturar e escravizar indígenas e a matar aqueles cuja escravização era inviável ou não lucrativa” (MARTINS, 1997, p.44).

Na última década do século XVII iniciou a corrida pelo ouro em Minas Gerais, sendo que a cada mina de ouro que era descoberta, uma multidão partia em direção ao tal lugar prodigioso. Esgotado a produção daquele local, deslocavam-se em busca de novas minas, penetrando o interior em direção ao Oeste do país. A multidão de aventureiros, movidos pela sede insaciável pelo ouro, transformava-se em fronteira movimento. Em registros sobre os primeiros anos do século XVIII, calculou-se que os habitantes das minas eram mais de trinta mil (PALACÍN, 1994). Hennessy (1978) afirmava que a descoberta aurífera em Minas Gerais resultou na primeira grande expansão de fronteira na idade moderna. Ao mesmo tempo foi um alívio em face ao período de queda na produção açucareira, que havia iniciado uma recuperação lenta decorrente da Guerra com a Holanda (1634 e 1654). No entanto a partir de 1654 os holandeses implantaram suas habilidades e tecnologias na produção açucareira no Caribe, estabelecendo uma dificuldade competitiva. Nesse sentido, as notícias do ouro em Minas Gerais motivaram uma grande leva de pioneiros para a região interiorana brasileira. Hennessy (1978) aponta não apenas o deslocamento de imigrantes da região litorânea brasileira como também estrangeiras. Em suas palavras:

[...] as notícias do ouro proporcionaram um enorme sentimento de alívio, chamando para o interior os plantadores e os seus escravos, mercadores e mendigos, causando uma debandada de Portugal que assumiu tamanhas proporções que a Coroa se viu obrigada a impor um limite para a emigração em 1720, no sentido de prevenir o despovoamento. Estimativas apontam que cerca de 300.000 pessoas tenham emigrado para o Brasil durante o século XVIII, o que representa um número possivelmente maior que o total da “América Espanhola” durante todo o período colonial. Este movimento de exploração aurífera acabou levando a uma revolução dos preços, pelo fato de a mão de obra se ter tornado escassa nas áreas costeiras. O problema se tornou tão sério que a Coroa tentou proibir a exploração dos distritos de mineração Jacobins e Rio das Coutras, no interior na Bahia, devido ao receio de privação de mão de obra para as plantações de tabaco e açúcar, dado que até as importações anuais de escravos para a Bahia (cerca de 10-12,000) eram insuficientes

para atender às necessidades da mineração e das plantações (HENNESSY, 1978, 78-79).

A descoberta aurífera em Minas Gerais motivou novas entradas de prospecção e quando a produção de ouro em Minas entrou em sua fase de apogeu foram descobertos novos focos do minério em Cuiabá. De acordo com Palacín (1994) a chegada dos primeiros colonizadores de Goiás ocorreu dentro da conjuntura do encontro e exploração de ouro no interior do Brasil. Após descobrirem ouro nas cabeceiras do rio Vermelho (na região da atual Cidade de Goiás), os sobreviventes retornaram a São Paulo, propagando que haviam descoberto cinco córregos auríferos e minas. Ao divulgar a riqueza das minas recém-descobertas iniciou-se um deslocamento populacional originado de diferentes partes do país em direção às minas de Goiás. Para Dean (1996, p. 123) “a corrida pelo ouro transformou a fronteira num lugar de troca cultural”, que pode ser entendido por Martins (1997) como lugar do encontro dos diferentes, que se traduz também em lugar de desencontro e conflitos decorrentes de distintas cosmovisões.

A corrida pelo ouro estabelecia um conflito travado entre os desbravadores e as tribos indígenas ocasionando extermínios. O uso do termo desbravador advém da construção tipológica do mito bandeirante na obra “Marcha para Oeste” de Cassiano Ricardo (1959), em que essa forma típica de bandeirismo adquire status de primeiro bandeirante, ao abrir caminhos na fronteira e enfrentar as forças inibidoras da natureza, representada, não apenas pelo ambiente fitogeográfico, mas também pelas febres e as ameaças aborígenes. O desbravador, nessa interpretação, seria a forma clássica de bandeirismo por conquistar a geografia brasileira por meio dos enfrentamentos (DUTRA E SILVA, 2012).

A fronteira do Planalto Central se apresentava, como um lugar da promessa de riquezas a serem descobertas e conquistadas, mas também um lugar de enfrentamento. De acordo com Dutra e Silva (2012) as promessas do Oeste impunham o enfrentamento entre o desbravador e a natureza, nesse caso, não apenas o sertão bravio ou a natureza indomada, mas também o indígena.

O cenário natural das regiões do Cerrado do Planalto Central brasileiro já apresentava indícios das transformações antrópicas ocasionadas pelas populações indígenas. Os bandeirantes que chegaram a Goiás em busca do ouro encontraram uma fronteira que apresentava características de um ambiente que já havia passado por modificações ecológicas. Dentre os estudos realizados por McCreery (2006) sobre a “Fronteira Goiás” é ressaltado, de forma significativa, os enfrentamentos estabelecidos entre os grupos indígenas e os colonizadores no sertão goiano pelo domínio do território. O trabalho de McCreery centrou-

se no período provincial em Goiás (1822-1889), em que a mineração já havia sofrido significativa decadência produtiva. Os enfrentamentos eram motivados, em grande parte, pela *cattle frontier* (fronteira gado) e pelas áreas de expansão dessa atividade. Um dado interessante para a uma leitura da fronteira nas perspectivas da História Ambiental, refere-se ao fato de que a expansão da *cattle frontier* se efetuava na conquista de áreas de campo-cerrado para uso das pastagens, em que o manejo tradicional era feito por meio de queimadas. No entanto, os efeitos da ação antrópica no Cerrado Goiano, e sua consequente modificação nas paisagens, não foram ação exclusiva dos desbravadores e colonizadores europeus. Também, seguindo as fronteiras da mineração e pecuária, ocorria a derrubada e queima de áreas florestais para a agricultura. Para McCreery os indícios de devastação ambiental na fronteira goiana decorreram de repetidas invasões e ajustes de população indígena que antecedeu às bandeiras paulistas de apresamento. Em suas palavras: “o ambiente físico do Centro-Oeste já havia sofrido modificação ecológica extensa como resultante de queimadas feitas pelos habitantes indígenas para limpar a terra para a agricultura, uma técnica que os europeus adotaram e perpetuaram” (McCREERY, 2006, p. 14)¹.

As observações acerca da ocupação da fronteira Oeste apresentam um estágio anterior a fronteira mineração, com efeitos perturbadores no ambiente natural e nas paisagens do Cerrado, fato que também foi observado por Bertram (2011) em sua eco-história do Planalto central. No que se refere à fronteira mineração existe uma indicação de McCreery (2006) de que o ciclo do ouro em Goiás foi um exemplo clássico de uma fronteira formada como resultado das demandas do capitalismo mercantil em que os metais preciosos orientaram as práticas econômicas das metrópoles europeias. No século XVIII, o foco da expansão da fronteira em Goiás foi à mineração, fator que propiciou o surgimento de pequenos vilarejos (em torno das novas minas descobertas) isolados e com pouca infraestrutura. O governo, a fim de concentrar todo o esforço dos mineradores na produção de ouro, proibia a construção de fazendas e engenhos de açúcar e aguardente, ou qualquer outro ramo de produção. De acordo com Palacin e Morais (1994, p. 16) “[...] as minas eram, assim, uma espécie de colônia dentro da colônia: um território dependente economicamente dos produtores e comerciantes da Bahia, do Rio e de São Paulo[...]”.

A exploração do ouro proporcionou o processo de ocupação de Goiás, sendo estabelecido em 1726, às margens do rio Vermelho, o arraial de Sant’Ana, que depois seria chamado Vila Boa, e, mais tarde, Cidade de Goiás. Nas proximidades de Sant’Ana, surgiram novos núcleos de ocupação, às margens de córregos e rios, como centros de garimpos.

¹ Tradução livre dos autores

Durante o século XVIII, três zonas foram povoadas, com vários arraiais em torno das minas de ouro que iam surgindo. A primeira zona situava-se no centro sul, com uma série de arraiais no caminho de São Paulo ou em suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, Vila Boa; uma segunda zona na região do Tocantins: Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém, etc.; o norte da capitania abrangia uma extensa zona, entre o Tocantins e os chapadões no limite com a Bahia: Arraiais, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (Porto Nacional); fora destas regiões de povoamento, surgiram aqui e acolá alguns arraiais isolados pelas exigências da mineração: Pilões, 18 léguas ao sul de Vila Boa, na região do Araguaia; Pilar e Crixás, nas matas da região do Araguaia; Couros (Formosa), no caminho da Bahia (PALACÍN, 1994, TEIXEIRA NETO, 2012).

A mineração de Ouro em Pilar de Goiás

Em 1741, bandeirante João Godoy Pinto da Silveira na busca pelos escravos, que haviam fugido do Arraial de Crixás, descobriu o Quilombo de Papuã, que passou a se chamar Arraial de Pilar, fronteira de difícil acesso em meio às serras, às margens da região florestal denominada de “Mato Grosso de Goiás”, fora das rotas de acesso da capital Vila Boa em direção às minas do norte e do Alto Tocantins. Como acontecia com novas descobertas de minas, em pouco tempo multidões se deslocavam e para Pilar não foi diferente. Goiás vivia a febre do ouro, um delírio que movia multidões, como relata Alencastre,

A mineração era o alvo de todos os desejos, uma como que febre ou delírio de que o povo estava tomado (...) A extensa capitania de Goyaz tornou-se em pouco uma vasta mina, em que trabalhavam milhares de operários, obrando prodígios de esforço e de paciência, que ainda hoje fazem pasmar aos que observam os vestígios dessas longas canalizações, empreendidas e realizadas somente a poder do braço do homem (ALENCASTRE, 1979, p. 18).

Em 1742 a produção de ouro crescia rapidamente e registros da Capitania apontavam que a contribuição de Pilar para a Coroa era de mais de 250 oitavas de ouro, enquanto Meia Ponte (Pirenópolis) contribuía com 256 oitavas de ouro. Porém, os mineradores não se contentavam em pagar esse valor de tributo, alegando ser um valor muito elevado, comparando-se à contribuição de Meia Ponte, localidade mais rica e mais populosa (DUBUGRAS, 1965, p. 33).

Em 1750, o conde dos Arcos, o primeiro governador da recém criada Capitania de Goiás, nomeou o primeiro intendente das minas de Pilar e Crixás, senhor Antônio Pereira

do Lago e o cronista Pedro Taques (principal ajudante na missão) para fiscalizar e cobrar impostos. Nessa época, com a presença desses dois novos escolhidos, a arrecadação de Pilar e Crixás atingiu 19.892 oitavas de ouro, quase o triplo dos anos anteriores. Como a captação de impostos era proporcional à quantidade de escravos, esta cifra permitia estimar que, naquela época, existiam aproximadamente 4.200 escravos em atividade nas Minas de Pilar e Crixás (DUBUGRAS, 1965). De acordo com Palacin e Moraes (1994) a captação era uma forma de cobrar os impostos das minas (o quinto) a partir do número fixo de escravos ao invés do ouro extraído, que era mais fácil de ocultar. Dessa forma, o senhor de escravos deveria pagar os impostos pela quantidade fixa de escravos independente da sua ocupação ou rendimento. A partir dos dados acima, ousa-se estimar que a população de Pilar, pouco mais de uma década de existência, já se aproximava de 10.000 pessoas. O esgotamento das minas de Vila Boa, Meia Ponte e Santa Luzia, por volta de 1760, contribuíram com o crescente aumento da população de Pilar em torno de quatorze minas em plena produção (DUBUGRAS, 1965). Segundo Artiaga (1951), os relatos sobre os tempos auríferos da mineração em de Pilar de Goiás apresentava um cotidiano de vida na fronteira marcada pela dissonância entre a miséria do sertanejo e exploração do trabalho escravo e o luxo e ostentação de uma classe privilegiada. Em suas palavras:

poucas cidades brasileiras vivenciaram a vida aristocrática que teve Pilar, por volta de 1746. A população era uma verdadeira mistura de orgulhosos aristocratas, fidalgos de todas as procedências, portugueses e espanhóis, negros africanos de todas as raças, cativos e livres, mamelucos, plebeus, índios recentemente amansados, reinóis e colonos e emboabas vindos das minas esgotadas de outros Estados. Essa população se instalava embaixo dos cipoais, de barracas de algodão tecido em teares rústicos, casas improvisadas e outras luxuosas de janelas largas, com arcos, vidraças de malacacheta, com persianas santuárias em estilo colonial, madeiras esculpidas por artistas trazidos de São Paulo. Se adaptavam ao meio sertanejo, à vida rústica e simples da lendária Papuan, misturavam-se pelas ruas num formigar de noite e dia a pé e a cavalo. Os ricos e fidalgos saíam nos melhores animais, arreados com arreaduras de prata cinzelada, reluzindo, acompanhados de guarda pessoal, escravos vestidos com saiotos, calções de cetim e babado, com armas de defesa do senhor. Liteiras leves cheias de damasco e cetim lustroso, carregavam senhoras e senhoritas filhas de fidalgos e novos ricos, sempre conduzidos por dois escravos, bem empacotados, com calções lustrosos, jaleco vermelho e cintas de cores vivas. Há relato de que um rico maníaco que só andava amontado em escravos, relatos que nos remete aos acontecimentos do antigo Egito. Pilar tinha sua vida própria e suas particularidades, era um mundo à parte, com a sua vida própria. As igrejas viviam sempre abertas dia e noite, iluminadas por brandões de cera de cor, fundidos no reino, luxuosos, tinha candelabros de fina prataria, os objetos de culto era de ouro e a Matriz toda pintada com ricos desenhos, feitos por artista europeu tendo bordados de alto relevo em ouro. (ARTIAGA, 1951, p.350).

Essa fronteira distante, dúbia, ora temida, ora atrativa foi palco do deslocamento da fronteira do ouro, lugar de destruição, de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. Uma luta travada contra a natureza indomada, árvores são ceifadas para abrir

caminhos, construir as habitações e para o plantio, a fim de garantir o alimento básico para a população que a cada dia só aumentava. A epopeia do ouro, a cega obstinação em busca deste minério tão cobiçado, as diferentes culturas e visões de mundo presentes nas minas de ouro caracterizam a fronteira mineração em Pilar, que se assemelha às indicações de Martins (1997, p. 13): “[...] fronteiras de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem[...].” os traços da desumanização do outro marcava a relação entre mineradores, escravos e indígenas, desencadeando reações dos foragidos que atacavam lavras e fazendas (DUBUGRAS, 1965).

Apesar de vários centros de mineração da Capitania de Goiás apresentarem sinais de decadência, Pilar continuava sendo um dos núcleos mais importantes, elevado à julgado², destacando-se entre os quatro mais produtivos. A sindicância que o Desembargador Brandão realizou, em 1763 por ordem régia, apresentou um levantamento dos impostos³ pagos entre 1752 e 1761, neste relatório, os quatro centros que se destacaram foram: Vila Boa apresentou uma arrecadação global de 14.741 oitavas de ouro; Traíras (região norte), 9.860 oitavas; Pilar, 6.336,69 oitavas de ouro e Natividade (região norte) 6.286,90 oitavas (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001).

A decadência do ciclo ouro em Goiás, no final do século XVIII, provocou a retirada de grande parte da população de Pilar. Em 1808 o arraial de Pilar, contava com uma população reduzida a 365 habitantes brancos, 832 pardos, 857 pretos e 1845 escravos, num total de 3.899 pessoas, muito abaixo de Meia Ponte com 6.173, cuja situação privilegiada no encontro das rotas das caravanas lhe permitia sua sustentabilidade por meio da agricultura e pelo comércio (DUBUGRAS, 1965, p. 41).

Desde o início da colonização a agricultura e a pecuária se fizeram presentes em Goiás a fim de alimentar e transportar os mineiros. No entanto essa atividade era exclusiva para o consumo interno da Capitania. Exportar os gêneros alimentícios tornava-se inviável devido os custos e o isolamento em que se encontrava a Província de Goiás. McCreery (2006) se refere ao estágio de isolamento da fronteira goiana como a “periferia da periferia”, considerando as dificuldades de acesso ao Planalto Central em relação a outras províncias mais distantes do litoral, mas que, no entanto, podiam ser aproveitados os rios para a navegação. A fronteira goiana era uma fronteira de tropas e, nesse sentido, a *cattle frontier*

² Arraiais dotados de juízes e cartórios, com arrecadação de impostos municipais, embora desprovidos de câmaras (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001, p. 52).

³ O levantamento dos impostos, na época, era calculado a partir das rendas municipais que provinham basicamente de três fontes: a “aferição”, imposto pago pelas lojas por ocasião da fiscalização em seu sistema de pesos e medidas; “as cabeças e foros”, imposto pago pelos moradores que usavam as terras e pastos comunais (os “rocios”) de sesmaria fundacional da vila; e a “carceragem”, diária paga pelos presos, para sua manutenção (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001, p. 52).

poderia ser explicada como uma alternativa econômica, na medida em que o gado era mercadoria auto transportável.

No período de abundância da mineração a produção agropecuária limitava-se apenas a subsistência e as atividades de prospecção era privilegiada. Com a decadência da produção aurífera os escravos passaram a ser empregados na agricultura na tentativa de produzir e comercializar os produtos agrícolas. Em 1783, 60% dos escravos de Pilar trabalhavam na produção agrícola, porém, a agropecuária não se tornou expressiva devido às dificuldades para produzir e comercializar os gêneros, a distância, a diminuição da população e falta de capital (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001). No século XIX, a quantidade de escravos na província de Goiás diminuiu significativamente (McCREERY, 2006).

Alencastre (1979) destacou as várias tentativas de exportação da produção agropecuária: em 1807, tentativa de envio de produtos agrícolas saindo do porto de Santa Rita do Rio do Peixe, “o comboio levava carregamento de 40 arrobas de quina, 109 fardos de algodão, 129 barricas de açúcar, 149 surrões de dito, 106 rolos de fumo, couros, etc., perfazendo o peso total de 1.624 arrobas” (ALENCASTRE, 1979, p. 128); em 1808 partiram outras duas expedições, mas devidas as dificuldades encontradas foram abandonadas. Viajantes europeus também apresentam em seus relatos dificuldades na manutenção e transporte do gado (SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976; SPIX E MARTIUS, 1981; CASTELNAU, 2002).

A decadência da mineração e os vestígios de devastação do ambiente natural também foram descritos por outro viajante europeu que passou por Pilar de Goiás. Em 1819, o naturalista Johan Emanuel Pohl, nascido em Praga (Bohemia) deixou registros de sua passagem pelo Arraial de Nossa Senhora do Pilar. O naturalista fazia parte da comitiva nupcial de Dona Leolpodina, filha do Imperador da Áustria, Francisco II, que veio ao Brasil em 1817 para casar-se com o Imperador Pedro II do Brasil. Pohl permaneceu no Brasil entre os anos de 1817 a 1821 visitando várias regiões do país. A sua passagem do Pilar foi inserida no roteiro entre a Capital da Província, Cidade de Goiás, passando por Crixás e em direção aos arraiais auríferos do norte da Província. Sua chegada a Pilar foi assim descrita: “Chama-se aqui Serra do Muquém [...]. Em cada encosta eram visíveis os vestígios da antiga mineração [...] avistamos Pilar [...]. Todavia, a trilha coberta de mato, obrigava-nos a abrir caminho e fazia tantas curvas que gastamos bastante tempo para atingir a localidade” (POHL, 1976, p. 188).

O naturalista ficou alojado em um espaçoso casario no arraial do Pilar, hospedando-se ali por dois dias (entre 22 a 24 de maio de 1819). Relatou as advertências da população

sobre uma febre que assolava a região (febre pútrida)⁴ e que recebia notícias de que a doença fazia estragos nos arraiais em que sua comitiva ainda passaria. As advertências incluíam que não acampassem às margens de riachos nem que tomassem água sem adicionar bebida alcoólica. Sobre a localidade apresentava um cenário de abandono do que outrora havia sido uma próspera vila aurífera. Em suas palavras:

O Arraial de Nossa Senhora do Pilar está situado na encosta de uma serra, sendo inteiramente rodeado de colinas. Ao ser fundado, em 1741, o lugar foi chamado Papuã, nome de um capim que antes ali crescia em toda parte. Constatou, por algum tempo, entre as povoações mais consideráveis do Goiás e, como as demais da Capitania, deve sua existência à abundância de ouro encontrado na região. A mineração está hoje inteiramente abandonada. A falta de escravos transformou os habitantes dessa região em mendigos. [...] Como em toda parte, as casas, em número de 283, são construídas de madeira e barro, caiadas por fora e todas cobertas de telhas. O lugar apresenta também a tão comum característica de que as casas, na maioria, estão abandonadas e parcialmente desmoronadas (POHL, 1976, p. 188).

O cenário de isolamento e abandono era marcante na percepção do naturalista da Bohemia. Ao mesmo tempo, as observações do viajante traziam a sensação de que nenhuma atividade econômica era viável nessa região de difícil acesso na Serra do Muquém.

Outro registro de viagem o “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás” elaborado pelo militar e político Raimundo José da Cunha Mattos (2004). Cunha Mattos havia sido nomeado pelo Imperador Pedro I como Governador de Armas de Goiás, fazendo sua primeira viagem a Província de Goiás entre 8 de abril e 16 de junho de 1823. O militar voltou novamente em 1825, retornando ao Rio de Janeiro no ano seguinte. Os seus registros acompanham uma narrativa descritiva dos caminhos e marcos que traçam um itinerário pelos caminhos da distante Província. Os registros feitos em Pilar datam de 30 de setembro de 1823 e descreve a insistência dessa comunidade em manter a decadente atividade de mineração e sua indolência e sua precária atividade agrícola. Sobre sua passagem por Pilar registra:

Às 9 horas e meia entrei no arraial do Pilar assentado em uma profunda cova, cercado de morros elevadíssimos: foi muito extenso e povoado, e tem várias ruas bem calçadas. Alguns edifícios mostram a sua antiga opulência, mas agora acha-se grandemente deteriorado pela dificuldade da mineração do ouro, únicas esperanças dos seus iludidos habitantes que ainda preferem as minas à agricultura (MATTOS, 2004, p. 131).

⁴ Febre pútrida era o nome usado pelos autores antigos ao que é hoje designada como febre tifoide ou tifo e cujo agente etiológico é a bactéria *Salmonella typhi*, que pode ser contraída através da ingestão de água ou alimentos contaminados. O termo “pútrida” derivava do cheiro pútrido das fezes evacuadas e da rápida putrefação dos cadáveres (LANGAARD, 1872).

O militar descreveu a decadência da população, sobretudo no que se refere ao decréscimo de escravos. Sua grande perturbação, no entanto, referia-se a insistência da população na atividade de prospecção, uma vez que ela apresentava indícios fortes de decadência, ao mesmo tempo em registrava que o desprezo pela agricultura havia arruinado não apenas o arraial de Pilar mas todos os demais da Província. Observação semelhante pode ser encontrada nos registros de Castelnau (2002), duas décadas após a visita de Cunha Mattos.

Francis de la Porte, Conde de Castelnau, chefe de uma missão francesa enviada ao Brasil em 1843 como chefe de uma expedição para estudos em botânica, geologia, zoologia e meteorologia pela América do Sul. A expedição passou pelo território goiano, com importantes registros sobre a região. Um dado interessante dessa expedição é que ela foi hostilizada por tribos indígenas em que foi morto Eugène d'Orsery, encarregado da guarda dos registros da comissão, que acabaram sendo perdidos, destacando-se o diário de viagem, desenhos, notas de história natural dentre outros registros. O trabalho foi reconstituído a partir de anotações de Castelnau. Nesse trabalho o viajante francês descreve em 1843 sobre a decadência do Julgado de Pilar, destacando as ruínas do aqueduto para o transporte de água necessária na lavagem do ouro. O viajante relata também os vestígios de devastação causado pelas escavações em busca do ouro, as cicatrizes do enfrentamento do homem com a natureza a fim de extrair suas riquezas. Segundo Dubugras (1965, p. 44), no período retratado por Castelnau (2002), os habitantes de Pilar sobreviviam de pequenas culturas de milho, feijão, arroz, cana, café, algodão e gado bovino criado em poucas fazendas, importando chumbo, pólvora, sal e ferro. O viajante francês verificava a decadência da mineração, apesar de registrar a permanência da atividade de garimpo: “Conhecem-se no distrito catorze minas de ouro, das quais só uma é explorada, já pela falta de escravos, já pelo desconhecimento de um processo fácil de extração do minério. Há ainda numerosas minas de ferro, de que não se tira nenhum proveito” (CASTELNAU, 2002, p. 268).

Os registros dos viajantes nos auxiliam na compreensão dos efeitos da fronteira mineração nessa localidade, na medida em que permitem a descrição do cotidiano dessa sociedade no momento de sua decadência da mineração e a forma como esse processo foi percebido. Os registros oficiais auxiliam a compreender a evolução da produção aurífera, no entanto o olhar do viajante permite identificar elementos que os registros oficiais não se interessavam. Um registro, interessante sobre o processo de decadência da fronteira mineração e do início de uma nova fronteira que se anunciava no século XX foi deixado em 1919, um centenário após a visita de Pohl a Pilar de Goiás, pelo advogado paulista Magalhães

(2004). O advogado paulista havia sido contratado pela família Monteiro de Barros em São Paulo, para adquirir uma gleba de terras na região da Lavrinhas de São Sebastião, município de Pilar, próximo a região de matas às margens do Rio das Almas.

O interesse nessa região pelos empresários paulistas deveu-se em vislumbrar oportunidades de valorização das terras pela expansão da fronteira agrícola que se iniciava com a abertura de estradas e ferrovias no território goiano. Os registros deixados por Magalhães (2004) foram em forma de cartas destinadas aos Monteiro de Barros e que posteriormente foram publicadas pelos familiares do advogado. Os registros são uma fonte importante para a compreensão do início da fronteira agrícola em Goiás, ao mesmo tempo em que registram a riqueza florestal das Matas de São Patrício nas proximidades de Pilar anterior a grande expansão promovida pela colonização dessas terras pelo governo federal na década de 1940 por meio da Marcha para Oeste (DUTRA E SILVA, 2017). Sobre as observações deixadas em várias visitas feitas a Pilar destacamos o seguinte registro:

Em um maciço formado por três altos montes está o Pilar, talvez a mais rica província aurífera do Brasil, descoberta em 1741. Não tardou que 4 mil aventureiros dessem início à sua exploração com 9 mil negros. De tal modo prosperaram que dentro de pouco 30 mil escravos trabalhavam nos arredores, onde o ouro se apresentava em folhetas e pepitas, sendo encontrada uma de 20 quilos (MAGALHÃES, 2004, p. 103)

Numa narrativa que mistura dados conhecidos pelos informes governamentais e fábulas construídas pela tradição oral dessa comunidade aurífera apontam para uma prosperidade pretérita ao mesmo tempo em que indicam o decadente estágio da economia nas primeiras décadas do século XX. Dentre suas observações deixava apontamentos da antiga cidade de Pilar de Goiás, cercada por montanhas e que lembrava as cidades auríferas das Minas Gerais. Casarios, sobrados, igrejas, deixam impressões de um mundo barroco no interior goiano, que impressionavam o visitante. Em carta enviada aos superiores em São Paulo em 03 de setembro de 1919 registrou:

O viajante que ali vai entrando, uma vez transposto o bamburral numa só passada por sobre um córrego encachoeirado, ingressa na rua principal da antiga cidade. À direita e à esquerda, casas velhas, espaçosas, com telhados de comprido beiral, em cuja extremidade está suspensa uma candeia. Esta, à noite se acende para alumiar o padroeiro em seu nicho da porta de entrada. A iluminação pública de outrora dependia dessas iluminárias que eram obrigatórias. À direita surge uma casa de mais alta envergadura, de portas trabalhadas e rótulas projetando-se das paredes, é a do capitão de Conquista, o português Francisco Pereira Ribeiro, senhor das Lavrinhas de São Sebastião. Mais um passo e chegamos à Praça da Matriz, com duas torres e o maior sino do estado ali fundido, cuja badalada tristonha se ouve a mais de léguas; é apontado como a primeira maravilha do antigo Goiás (MAGALHÃES, 2004, p. 104).

Para esse viajante, as reminiscências destacavam as maravilhas da antiga Província de Goiás: o “Sino de Pilar, Feitiço de Crixás, Cadeia de Traíras” (MAGALHÃES, 2004, p. 104). Magalhães apresentava registros significativos, cujas fontes foram cartas destinadas à família paulista Monteiro de Barros, que havia comprado terras na região de Pilar e havia lhe contratado para regularizar essa documentação, dos tempos das sesmarias. Em diferentes visitas, diferentes relatos. Não apenas das impressões dos registros materiais de seus casarios e outras arquiteturas, mas também das festividades, das crendices, do jeito barroco herdado dos tempos coloniais. Registros destacados como uma relíquia barroca no interior de Goiás: “Na encosta de um alto monte, cercado por estreitos horizontes e sitiado pelo mato por todos os lados, jaz hoje uma relíquia da cidade luxuosa que o sol do século XVIII iluminou. Tal é o Pilar de hoje em dia” (MAGALHÃES, 2004, p. 103). Infelizmente, esse antigo núcleo de mineração dos séculos XVIII e XIX apresenta poucos vestígios dos áureos tempos nos dias atuais. As duas torres da antiga igreja ruíram em ocasião de chuvas torrenciais, o casario foi descaracterizado por intervenções da praticidade moderna, a incapacidade de manutenção do patrimônio arquitetônico por parte dos pobres moradores, que também não entendem o valor de manter as “antiguidades”, dentre outros fatores, registram o estado atual da localidade. Pouco restou dos tempos áureos. Mas alguns prédios resistem e dentre estes destacamos, a base da Igreja Matriz com o imponente sino do século XVIII; a Igreja Ermida das Mercês, da irmandade negra; alguns poucos casarios; a casa de Câmara e Cadeia, dentre outros prédios.

Os relatos de tempos áureos e a decadência do patrimônio cultural registram o movimento da fronteira das minas em Pilar de Goiás. A atividade de exploração mineral enfraqueceu-se desde a segunda metade do século XVIII. No decorrer do século XIX, apesar de a mineração se manter em baixos níveis de dinamismo econômico, ela não se extinguiu. Com isso, praticamente não houve arrecadação por parte do estado neste período decorrente de impostos do setor mineral. A última grande descoberta foi o depósito de Anicuns, em 1809 (MCCREERY, 2006).

A mineração se manteve em atividades pontuais desenvolvidas por garimpeiros, de forma individual ou em pequenos grupos, ainda utilizando-se das técnicas rudimentares para a lavagem de sedimento de aluvião ou de cascalhos. Muitas vezes funcionava de forma sazonal e alternada com atividades de subsistência. Sem capital investido, problemas técnicos como a disponibilidade de água para a lavagem do cascalho aurífero e a dificuldade de retirar água freática das cavas das minas frequentemente reduziam a vida útil das jazidas (COSTA, 2013).

Experiências com empreendimentos de grande porte também ocorreram, mas também não obtiveram êxito em suas empreitadas. Como exemplo das empresas que investiram capital em Goiás está a Sociedade de Mineração do Morro do Muquém, criada 22 de abril de 1821, com o objetivo de explorar ouro em Pilar. A empresa era presidida pelo comandante do arraial, capitão Francisco Correia de Assumpção. A sociedade reunia, inicialmente, 11 sócios, possui 34 escravos e instrumentos mais elementares de mineração. Além de problemas relacionais entre os sócios, o empreendimento teve dificuldades em obter água, mesmo tendo canalizado o córrego Francisco da Silva, que dispunha de água suficiente no período de estiagem (MCCREERY, 2006).

O quadro desenhado acima apresenta o processo de exploração de minas em Goiás até final do século XIX, quando ocorreu a estagnação da atividade. E também neste período que o Estado de Goiás passou a legislar acerca do bem mineral por meio da Lei nº 06 (20/07/1892) inaugurando concessão de exploração mineral⁵. Posteriormente, foi criado o 1º Regulamento Geral das Atividades Minerárias do Estado de Goiás, Decreto-Lei n. 424 (14/11/1898), o qual autorizava o poder executivo estadual a regulamentar a mineração no território goiano e tratava de questões relativas à pesquisa e lavra dos bens minerais (TAVARES, 2010). Outro destaque foi a Lei n. 283 de 17/07/1906, que “não modificou em profundidade a legislação anterior. Tratou-se, apenas, de uma modernização do Decreto n. 424 de 14/11/1898, mantendo-se intacta sua estruturação básica” (CARVALHO, 1988, p. 80). No decorrer do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a economia de Pilar de Goiás teve como base de sustentação atividades relacionadas à produção agropecuária.

Considerações Finais

Consideramos que o conceito de fronteira é uma importante referência para se fazer uma história ambiental do Cerrado, na medida em que os temas socioeconômicos se relacionam com questões socioambientais. Quando consideramos os estudos acerca da fronteira mineração em Pilar de Goiás, este pode representar similaridades como os demais arraiais de mineração em Goiás. Um dado significativo refere-se a construção de uma cultura material e imaterial que se constitui na relação estabelecida entre uma sociedade em condição

⁵ Lei n. 06 (20/07/1892) privilegiou por 50 anos cidadão norte-americano James Francis MacAndrew para explorar e lavar ouro e outros minerais nas cabeceiras dos rios Traíras, Bagagem, Peixe e Vermelho. A Lei previa não só benefícios, mas também obrigações para o explorador, p. ex., “a transferência da concessão [...] só poderia ser feita mediante permissão do poder legislador estadual e aprovação do Presidente de Goiás” (Arquivo Estadual de Goiás. Lei n. 06. Livro de Lei)

de fronteira e o ambiental natural com os seus desafios. O patrimônio cultural dos antigos arraiais de fronteira mineração em Goiás desenvolveu um conjunto de tradições, muitas vezes importadas da metrópole ibérica, mas que assumiam identidade própria nos sertões do Planalto Central. Essa observação se faz ao considerar a arquitetura herdada dos tempos áureos da mineração e que, agora se apresentam como patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, não apenas em Pilar de Goiás, como também em outros arraiais em Goiás (Meia Ponte, Corumbá, Vila Boa, Santa Cruz, Santa Luzia, dentre outros). Uma forma de viver e de se relacionar com a fronteira se manifesta nas construções, nas festividades, nos sabores e no estilo relacional nos arraiais da fronteira mineração. Saberes e expressões culturais nos ermos e nas gerais do Oeste.

No entanto, os efeitos da fronteira mineração para exploração de ouro nos séculos XVIII e XIX também foi marcado pela forma hostil da relação entre a sociedade e natureza nos sertões da fronteira. Indícios de uma vida de escassa provisão, de uma quantidade grande de doenças típicas do estágio precário da vida na fronteira. Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975), por exemplo, relatam a miséria deixada pela decadência da mineração na sociedade goiana, tanto nos arraiais visitados, mas, sobretudo, nas propriedades rurais dispersas nos ermos do Cerrado goiano. Febres, bócio, e outros tipos de doenças que evidenciam as precárias condições de alimentação e higiene. Também aparecem com frequência registros de queimadas e devastação de campos e florestas do Cerrado, tanto para a plantação de roças para o abastecimento dos arraiais, quanto para a expansão da fronteira gado que teve seu apogeu no século XIX (POHL, 1976; SAINT-HILAIRE, 1975, MATTOS, 2004; CASTELNAU, 2002).

Além disso, a fronteira, ao invés da representação da individualidade, liberdade, democracia, que as planícies do Oeste norte-americano indicavam, na interpretação da fronteira em Turner (2010), na fronteira goiana os indícios eram de dominação, violência e enfrentamentos, traços que parecem comuns nos estudos de fronteira na América Latina (HENNESSY, 1978). Indícios de exploração da mão de obra escrava, enfrentamentos com indígenas, ameaças de jagunços e saqueadores nas cidades e fazenda, rapto de crianças, violência em decorrência de vários fatores sociais como indolência, embriaguez, disputas de território, vinganças, dentre outros, que atingiam as regiões de garimpo. Ao mesmo tempo, o sentido de enfrentamento era representado, também, na relação entre cultura e natureza nas regiões de fronteiras por meio da devastação de áreas florestadas para agricultura e gado, assoreamento dos barrancos, desvios de cursos d'água, dentre outros efeitos perturbadores ao meio ambiente.

Esses traços da fronteira mineração não foram privilégios das sociedades dos séculos XVIII e XIX em Pilar de Goiás. Na década de 1970 a mineração retoma como atividade econômica de destaque em Pilar de Goiás por meio da instalação da empresa Montita, que iniciou suas atividades de pesquisa de minérios em 1972, mas também pela consolidação da empresa Metais de Goiás S/A (METAGO), criada em 1961, pelo governo do Estado de Goiás. A METAGO empreendeu vários projetos de levantamentos geológicos básicos e exploração mineral (CARVALHO, 1988). No início dos anos de 1980, o aumento do preço internacional de ouro conduz à retomada da mineração de jazidas até então consideradas de baixo teor. Nessa mesma década foi retomada a extração de ouro por garimpagem no estado de Goiás que teve seu auge em 1983 e 1984 e Pilar de Goiás foi objeto de trabalhos de prospecção regional pela Mineração Colorado (Grupo UTAH). Foram realizados trabalhos de litogeoquímica em Pilar e em Guarinos por meio de sondagens e trincheiras, sem que tenham sido desenvolvidos projetos de implantação e produção de ouro, possivelmente porque a partir de 1984 a área foi invadida por garimpeiros (CAMPOS *et. al.* 1985).

Essa invasão de garimpeiros trouxe significativos danos ambientais como a destruição por dinamites de parte da cachoeira do Ogó, local em que os escravos fugidos de Crixás se refugiaram e estabeleceram o Quilombo de Papuã. Essa cachoeira apareceu descrita como uma característica da beleza natural da região de montanhas de Pilar, registrada em vários relatos de viajantes. Os efeitos mais imediatos e desastrosos da exploração descontrolada do ouro ocorrem sobre o sistema hídrico sob a forma de uma poluição física: alterações nos vives e regimes de escoamento das águas de superfície e de subsuperfície, em decorrência do represamento de cursos d'água para captação, utilizada no beneficiamento primário/concentração comprometendo inclusive mananciais de abastecimento público. Além do assoreamento de corpos e cursos d'água, como resultado do despejo dos rejeitos do beneficiamento, com tendência de ampliação da área assoreada durante os períodos de chuvas e interrupção de cursos d'água, outrora perenes ou intermitentes, durante os períodos de seca; alteração nas características físicas da água de superfície pelo aumento nos limites padrões de partículas sólidas em suspensão (turbidez), como decorrência do despejo direto das frações finas dos rejeitos do beneficiamento/concentração ou da erosão nas pilhas de rejeito.

The mining frontier: environmental history and the natural resources of the Cerrado from gold exploitation in Pilar de Goiás/Goiás State

Abstract: This article intends to identify concepts and analytical categories fundamental to environmental history in its dialogue with the Brazilian Cerrado. Considering that environmental history seeks to deal with the role and place of nature in human life, based on different approaches, namely: nature itself, socio-environmental relations and the values and significance of the natural world for societies. And when we consider the Cerrado and the different conceptions that treat and demarcate this territory, we consider complex ways of approaching environmental history. Thus, we seek, through the concept of frontier to analyze the relationship between society and nature in the Cerrado, taking as a cut the frontier of mining in Goiás, with emphasis on the historical context of exploitation of this mineral resource in the municipality of Pilar de Goiás. The documents and sources researched help us to understand the historical processes that evidence the relationship between frontier and nature in Goiás State.

Keywords: Environmental history. Cerrado. Border. Goiás. Mining.

La frontera minera: historia ambiental y los recursos naturales del Cerrado a partir de la explotación de oro en Pilar de Goiás

Resumen: Este artículo tiene como objetivo identificar conceptos y categorías analíticas fundamentales para la historia del medio ambiente en su diálogo con el Cerrado. Considerando que la historia del medio ambiente trata de abordar el papel y el lugar de la naturaleza en la vida humana, basándose en diferentes enfoques, a saber: la naturaleza misma, las relaciones socio-ambientales y los valores y el significado del mundo natural para las sociedades. Y cuando consideramos el Cerrado y las diferentes concepciones que tratan y delimitan ese territorio, consideramos formas complejas de abordar la historia ambiental. Así, buscamos, a través del concepto de frontera analizar la relación entre la sociedad y la naturaleza en el Cerrado, tomando como recorte la frontera de la minería en Goiás, con énfasis en el contexto histórico de la explotación de este recurso mineral en Pilar de Goiás. Los documentos y fuentes investigados nos ayudan a entender los procesos históricos que evidencian la relación entre frontera y naturaleza en Goiás.

Palabras-clave: Historia del medio ambiente. Cerrado. Frontera Ambiental. Goiás. Minería.

Agradecimentos

Sandro Dutra e Silva agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de Produtividade em Pesquisa PQ 2 (História)

Referências

ABREU, João Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. Martins Fontes, 1999.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **O domínio dos cerrados**: introdução ao conhecimento. 1983.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Anais da Província de Goiás. 1863**. Editora Gráfica Ipiranga Ltda. Brasília, 1979. Parceria Sudeco/Governo de Goiás.

ARTIAGA, Zoroastro. **Geografia Econômica, Histórica e Descritiva de Goiás**. 1º Tomo, Goiânia: Oriente, 1951

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal do indígena ao colonizador. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BARBOSA, Altair Sales. **Peregrinos do cerrado**. Revista do Museu de Ar, 1995.

BARBOSA, Altair Sales. **Tópicos para construção da ocupação pré-histórica do Cerrado**. ComCiência, n. 105, 2009.

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. **Povoamento inicial da América do Sul**: contribuições do contexto brasileiro. Estudos Avançados, v. 29, n. 83, p. 119-147, 2015.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta**: Mata Atlântica e história colonial. D de Carvalho Cabral. Garamond, 2014.

CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CAMPOS, E. C.; LACERDA FILHO, J. V. de; BARRETO FILHO, J. V.; COSTA, S.A.G.. 1985 -PROJETO OURO/GOIÁS. **Relato das atividades desenvolvidas no ano de 1984**. Goiânia. MME/DNPM - VI D. 175p.

CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. **Política mineral goiana (1960-1986)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 1988

CASTELNAU, Francis. **Expedições as Regiões Centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002

COSTA, K. S. Meiaponte: **História e Meio Ambiente em Goiás**. Brasília: Paralelo 15, No prelo. 2013

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Revista Estudos Históricos, 1991, 4.8: 177-197.

DUBUGRAS, Elvin Mackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília: UNB, 1965.

DUTRA E SILVA, Sandro. **No oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017

_____. **No caminho, um jatobá: enfrentamento e devastação da natureza na conquista do “último oeste”**. In: FRANCO, J. L. de. SILVA, S.D. e. DRUMMOND, J. A. TAVARES, G.G. História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

DUTRA E SILVA, Sandro, et. al. **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil** / Goiânia: Ed. da PUC Goiás / Gráfica e Editora América, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

HENNESSY, Alistair. **The Frontier in Latin American History**. London: Edward Arnold, 1978

IBGE Cidades. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 30 ago. 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Editora Companhia das Letras, 1994.

_____. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LANGAARD, Theodoro J.H. **Dicionário de Medicina Doméstica e popular**. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1872

LEMES, Fernando Lobo. **Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 13, n. 25, p. 112-129, 2012.

McCREERY, David. **Frontier Goiás, 1822-1889**. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2006

MAGALHÃES, Carlos Pereira. **Cartas de Goiás: no princípio do século XX**. São Paulo: Ed. De Letra em Letra, 2004

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

MORAES, Maurecir Guimarães de. **O pensamento ambiental em José Bonifácio de Andrada e Silva**. Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ, v.16, n.2, p. 129-142, maio/ago. 2014.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da Historia Ambiental. In: FRANCO, J. L. de. SILVA, S.D. e. DRUMMOND, J. A. TAVARES, G.G. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012

PÁDUA, J. A. (2010). **As bases teóricas da história ambiental. Estudos avançados**, 24(68), 81-101.

PALACIN, L G.; MORAES, M. A. Sant'Anna. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 6ª edição. Goiânia: Editora UCG, 1994.

PALACIN, L. G.; GARCIA, L. F.; AMADO, J. **História de Goiás em Documentos: I. Colônia**. Goiânia: Editora UCG, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Brasiliense, 1957

POHL, Johan Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

SAINT-HILAIRE, A. (1975). **Viagem a província de Goiás**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político Na Pós-Modernidade**, São Paulo: Cortez, 2013

SCHMITZ, Pedro Ignacio. **Prehistoric hunters and gatherers of Brazil**. Journal of World Prehistory, 1987, 1.1: 53-126.

SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A.; MIRANDA, A. **Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central: Sudoeste da Bahia e Leste de Goiás**. O Projeto Serra Geral, Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, São Leopoldo, 1996.

SOLURI, John, LEAL, Claudia, PÁDUA, José, Augusto. **A Living Past: Environmental Histories of Modern Latin America (Environment in History: International Perspectives)**. New York: Berghahn Books, 2018

SPIX, Johann Baptista von; MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

TAUNAY, A. E. **A província de Goyaz: exposição nacional de 1875**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876.

TAVARES, Giovana G. **Zoroastro Artiaga – o divulgador do sertão goiano (1930-1970)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências: UNICAMP, 2010.

TEIXEIRA NETO, Antonio. A certidão de nascimento de Goiás: uma cartografia histórica da Fronteira. SILVA, In: SILVA, Sandro Dutra; PIETRAFESA, José Paulo; FRANCO, José Luiz Andrade; TAVARES, Giovana Galvão. **Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil**. Goiânia: Editora da PUC GO/América, 2013.

TURNER, F. J. **The frontier in American history**. Minneola, New York: Dover Publications, Inc.: 2010.

WORSTER, Donald. **History as Natural History: An Essay on Theory and Method**. Pacific Historical Review 53, no. 1, 1984

_____. **Para fazer história ambiental**. Revista Estudos Históricos, 4 (8), 1991.

Sobre os autores

María de Fátima Fernandes – Licenciada em Matemática, Doutoranda em Ciências e Matemática pela Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Professora da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Guajará-Mirim.

Cassiano de Brito Rocha – Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera de Anápolis, Mestrando em Ciências e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Sandro Dutra e Silva – Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás/FECLITA, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Universidade Estadual de Goiás, atuando no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) e do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica), com atuação no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente.

Recebido para publicação em agosto de 2020

Aceito para publicação em setembro de 2020